AMEAÇAS AOS TRABALHADORES EM TRAMITAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

SINDPD-RJ

Rio de Janeiro, 08 de novembro de 2016

2015-2016

- Eleições de 2014
  - Acirramento e polarização dos debates políticos;
  - Denúncias de corrupção;
  - Piora da situação econômica;
  - Congresso mais conservador desde 1964 – correlação de forças desfavorável a classe trabalhadora;
  - Crise política e impeachment.

TRÊS PODERES

- Poder Executivo: ajuste fiscal, voltado ao corte de direitos;
- Poder Legislativo: marcos regulatórios, destinados a retirar o Estado da prestação de serviços e da exploração da atividade econômica;
- Poder Judiciário: desregulamentação ou flexibilização dos direitos trabalhistas.

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Reforma fiscal e orçamento público**
- PL 55/2016 – ***Senado -*** PEC 241/2016 – ***Câmara*** – *Poder Executivo* - Institui novo regime fiscal ou um novo teto para o gasto público.
- PLC 54/2016 – ***Senado -*** PLP 257/2016 – ***Câmara*** – Poder Executivo - Estabelece o Plano de Auxílio aos Estados e ao Distrito Federal e medidas de estímulo ao reequilíbrio fiscal

DIEESE

PEC 241 / PL 55

- "Art. 101. Fica instituído, para todos os Poderes da União e os órgãos federais com autonomia administrativa e financeira integrantes dos Orçamento Fiscal e da Seguridade Social, o Novo Regime Fiscal, que vigorará por vinte exercícios financeiros, nos termos dos art. 102 a art. 105 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias." (NR)
- "Art. 102. Será fixado, para cada exercício, limite individualizado para a despesa primária total do Poder Executivo, do Poder Judiciário, do Poder Legislativo, inclusive o Tribunal de Contas da União, do Ministério Público da União e da Defensoria Pública da União.

PEC 241 / PL 55

- § 3º Cada um dos limites a que se refere o caput equivalerá:
- I - para o exercício de 2017, à despesa primária realizada no exercício de 2016, conforme disposto no § 8º, corrigida pela variação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de janeiro a dezembro de 2016; e
- II - nos exercícios posteriores, ao valor do limite referente ao exercício imediatamente anterior, corrigido pela variação do IPCA, publicado pelo IBGE, ou de outro índice que vier a substituí-lo, para o período de janeiro a dezembro do exercício imediatamente anterior.

PEC 241 / PL 55

- § 7º O Presidente da República poderá propor ao Congresso Nacional, por meio de projeto de lei, vedada a adoção de Medida Provisória, alteração no método de correção dos limites a que se refere este artigo, para vigorar a partir do décimo exercício de vigência da Emenda Constitucional que instituiu o Novo Regime Fiscal.

Resultado primário

- O Resultado Primário corresponde ao resultado líquido do total das receitas primárias do Governo Central deduzidas suas despesas primárias.
- O Resultado Primário, uma vez que não considera a apropriação de juros sobre a dívida existente, expressa o esforço fiscal do setor público.

PLP 257 / PLC 54

- Parágrafo único. Para aplicação do disposto neste artigo, as renegociações deverão ser firmadas em até 360 dias contados da publicação desta Lei.
- Art. 3º A União poderá celebrar os termos aditivos de que trata o art. 1o desta Lei Complementar, cabendo aos Estados e ao Distrito Federal sancionar e publicar leis que determinem a adoção, durante os 24 meses seguintes à assinatura do termo aditivo, das seguintes medidas:
- I - não conceder vantagem, aumento, reajustes ou adequação de remunerações a qualquer título, ressalvadas as decorrentes de atos derivados de sentença judicial e a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;
- II - limitar o crescimento das outras despesas correntes, exceto transferências a Municípios e Pasep, à variação da inflação, aferida anualmente pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA ou por outro que venha a substituí-lo;

PLP 257 / PLC 54

- III - vedar a edição de novas leis ou a criação de programas que concedam ou ampliem incentivo ou benefício de natureza tributária ou financeira;
- IV - suspender admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, inclusive por empresas estatais dependentes, por autarquias e por fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público, ressalvadas as reposições decorrentes de vacância, aposentadoria ou falecimento de servidores nas áreas de educação, saúde e segurança, bem como as reposições de cargos de chefia e de direção que não acarretem aumento de despesa, em qualquer caso sendo consideradas apenas as vacâncias ocorridas a partir da data de assinatura do termo aditivo; e
- V - reduzir em 10% (dez por cento) a despesa mensal com cargos de livre provimento, em comparação com a do mês de junho de 2014.

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Reforma da previdência (aguardando envio do Executivo à Câmara)**
  - **Possibilidades**
  - idade mínima de 65 anos;
  - pensão com 60% do benefício;
  - igualdade de critérios entre homens e mulheres e entre trabalhadores urbanos e rurais para efeito e concessão de benefícios;
  - cálculo do benefício com 50% relativo à idade mínima, de 65 anos, e os restantes à razão de 1% por ano de contribuição, sendo o mínimo de 25 anos;
  - fim das aposentadorias especiais dos professores e policiais; e
  - regra de transição apenas para os segurados com mais de 45 anos, no caso de mulher, e de 50 anos, no caso do homem.

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Terceirização e Precarização do trabalho**
  - PLC 30/2015 – ***Senado*** – deputado *Sandro Mabel* (PMDB/GO) - Dispõe sobre os contratos de terceirização e as relações de trabalho deles decorrentes (Na Câmara, PL 4330/2004)
  - PL 4302/1998 – ***Câmara*** – *Poder Executivo - dispõe sobre o trabalho temporário nas empresas urbanas e trata também sobre as relações de trabalho na empresa de prestação de serviços a terceiros.*
  - PLS 87/2010 – ***Senado*** – senador *Eduardo Azeredo* (PSDB/MG) - Dispõe sobre a contratação de serviços de terceiros

DIEESE

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Prevalência do negociado sobre legislado**
  - PL 4193/2012 – ***Câmara*** – deputado Irajá Abreu (PSD/TO) - Altera a redação do art. 611 da CLT para dispor sobre a eficácia das convenções e acordos coletivos de trabalho (Negociado sobre o Legislado)
  - PL 7341/2014 – ***Câmara*** – deputado Diego Andrade (PSD/MG) - Estabelece a prevalência da convenção coletiva de trabalho sobre as Instruções Normativas expedidas pelo Ministério do Trabalho e Emprego
  - PL 8294/2014 – ***Câmara*** – deputado Fábio Ramalho (PV/MG) - Acrescenta parágrafo único ao art. 444 da CLT para dispor sobre a livre estipulação das relações contratuais de trabalho
  - PL 6411/2013 – ***Câmara*** – deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT) - Altera o § 3º do Art. 614 da CLT para dispor sobre a vigência de convenções e acordos coletivos e o princípio da ultratividade

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Jornada e intensificação do trabalho**
  - PL 3785/2012 – ***Câmara*** – deputado Laércio Oliveira (PR/SE) - Institui o Contrato de Trabalho Intermitente
  - PL 5019/2009 – ***Câmara*** – deputado Júlio Delgado (PSB/MG) - Altera o art. 2º da Lei nº 4.923/1965, para permitir a redução da jornada de trabalho com redução de salário.
  - PL 2820/2015 – ***Câmara*** – deputado Rogério Rosso (PSD/DF) e deputado Pompeo de Mattos (PDT/RS) – Altera a CLT para dispor sobre a jornada flexível de trabalho
  - PL 726/2015 – ***Câmara*** – deputado Carlos Eduardo Cadoca (PCdoB/PE) - Altera a CLT para dispor sobre a jornada variável
  - PL 2409/2011 – ***Câmara*** – *deputado Roberto Balestra (PP/GO)* - Dispõe que o tempo de deslocamento do empregado até o local de trabalho e para o seu retorno não integra a jornada de trabalho

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Flexibilização dos contratos de trabalho**
  - PL 1875/2015 – ***Câmara*** – senador Valdir Raupp (PSB/MG) - Suspensão de contrato de trabalho (No Senado, PLS 62/2013)
  - PL 1615/2014 – ***Câmara*** – deputado Laercio Oliveira (SD/SE) - Susta as Instruções Normativas 114/2014 e 18/2014, do Ministério do Trabalho, que disciplinam a fiscalização do trabalho temporário
  - PL 3342/2015 – ***Câmara*** – deputado Laercio Oliveira (SD/SE) - Institui o Contrato de Trabalho de Curta Duração

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Negociação direta**
  - PL 427/2015 – ***Câmara*** – deputado *Jorge Côrte Real* (PTB/PE) - Acrescenta dispositivos à CLT para possibilitar a homologação de acordo extrajudicial firmado pelos interessados pela Justiça do Trabalho

- **Simples Trabalhista**
  - PL 450/2015 – ***Câmara*** – deputado *Júlio Delgado* (PSB/MG) - Institui o Simples Trabalhista

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Impedimento do empregado demitido de reclamar na Justiça do Trabalho**
  - PL 948/2011 – ***Câmara*** – deputado Laercio Oliveira (PR/SE) - Altera a redação do § 2º, do art. 477 da CLT, que trata dos efeitos da quitação das verbas rescisórias
  - PL 7549/2014 – ***Câmara*** – deputada Gorete Pereira (PR/CE) - Acrescenta § 10 ao art. 477 e altera a redação do inciso II, da alínea A, do art. 652 da CLT, para disciplinar efeitos processuais da homologação da rescisão contratual

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Desmonte do processo trabalhista**
  - PL 3871/2015 – ***Câmara*** – deputado Alexandre Leite (DEM-SP) - Aplicação do Processo do Trabalho, de forma subsidiária, as regras do Código de Processo Civil
  - PL 3146/2015 – ***Câmara*** – senador Romero Jucá (PMDB/RR) - Reforma da execução trabalhista
  - PL 5140/2005 – ***Câmara*** – deputado Marcelo Barbieri (PMDB/SP) - Execução trabalhista e aplicação do princípio da desconsideração da personalidade jurídica
  - PL 1463/2011 – ***Câmara*** – Deputado Silvio Costa (PTdoB/PE) - Estabelecimento do Código de Trabalho

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Extinção da multa de 10% por demissão sem justa causa**
  - PLP 51/2007 – ***Câmara*** – deputado José Carlos Machado (DEM/SE) - Dispõe sobre multa por demissão sem justa causa para o trabalhador
  - PLS 550/2015 – ***Senado*** – senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) – Altera o art. 1º da Lei Complementar nº 110/2001, para dispor sobre o término da cobrança de contribuição social devida pelos empregadores em caso de despedida de empregado, sem justa causa.

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Funcionalismo e orçamento público**
  - PLP 248/1998 – ***Câmara*** – *Poder Executivo - Disciplina a perda de cargo público por insuficiência de desempenho do servidor público estável*
  - PLP 1/2007 – ***Câmara*** – *Poder Executivo - Acresce dispositivo à Lei Complementar nº 101/2000, que limita, a partir do exercício de 2007 e até o término do exercício de 2016, a despesa com pessoal e encargos sociais da União, para cada Poder e órgãos da União, ao valor liquidado no ano anterior, corrigido pela variação acumulada do INPC*
  - PLS 710/2011 – ***Senado*** – senador Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) - Disciplina o exercício do direito de greve dos servidores públicos previsto no inciso VII do art. 37 da Constituição Federal

DIEESE

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Funcionalismo e orçamento público (continuação)**
  - PLS 327/2014 – ***Senado*** – (Comissão - ATN Nº 2, de 2013 - CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CF) - Disciplina o exercício do direito de greve dos servidores públicos previsto no inciso VII do art. 37 da Constituição Federal
  - PL 4497/2001 – ***Câmara*** – deputada Rita Camata (PMDB/ES) - Regulamenta o disposto no art. 37, inciso VII da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre os termos e limites do exercício do direito de greve pelos servidores públicos
  - PEC 139/2015 – ***Câmara*** – Poder Executivo - Extingue o abono de permanência para o servidor público que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e opte por permanecer em atividade.

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Funcionalismo e orçamento público (continuação)**
  - PLS 327/2014 – ***Senado*** – (Comissão - ATN Nº 2, de 2013 - CONSOLIDAÇÃO DA LEGISLAÇÃO FEDERAL E REGULAMENTAÇÃO DE DISPOSITIVOS DA CF) - Disciplina o exercício do direito de greve dos servidores públicos previsto no inciso VII do art. 37 da Constituição Federal
  - PL 4497/2001 – ***Câmara*** – deputada Rita Camata (PMDB/ES) - Regulamenta o disposto no art. 37, inciso VII da Constituição Federal de 1988, que dispõe sobre os termos e limites do exercício do direito de greve pelos servidores públicos
  - PEC 139/2015 – ***Câmara*** – Poder Executivo - Extingue o abono de permanência para o servidor público que tenha completado as exigências para a aposentadoria voluntária e opte por permanecer em atividade.

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Funcionalismo e orçamento público (final)**
  - PLP 268/2016 – ***Câmara*** – senador Valdir Raupp (PMDB/RO) – Modifica dispositivos de governança das entidades fechadas de previdência complementar vinculadas à União, aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios e a suas autarquias, fundações, sociedades de economia mista e outras entidades públicas.
  - PLP 268/2015 - ***Senado -*** Aécio Neves (PSDB-MG) - trata das regras de governança dos fundos de pensão, profissionalização da gestão e dos conselhos.

DIEESE

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Privatização**
  - PLP 92/2007 – ***Câmara*** – Poder Executivo - Cria o Estatuto das Fundações Estatais
  - PL 6726/2013 – ***Câmara*** – deputado Mendonça Filho (DEM/PE) – Fim da exclusividade da Petrobras na exploração do pré-sal
  - PL 4576/2016 – ***Senado -*** José Serra (PSDB-SP) - dispõe sobre o fim da Petrobras como operadora única do Pré-Sal
  - PL 4973/2013 – ***Câmara*** – deputado Raul Henry (PMDB/PE) - Revoga dispositivo que estabelece a participação mínima da Petrobrás no consórcio e também revoga a obrigatoriedade da Petrobrás ser a operadora de todos os blocos contratados sob o regime de partilha de produção.

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Privatização (continuação)**
  - PL 4567/2016 – ***Câmara*** – deputado José Serra (PSDB/SP) - Facultar à Petrobras o direito de preferência para atuar como operador e possuir participação mínima de 30% (trinta por cento) nos consórcios formados para exploração de blocos licitados no regime de partilha de produção.
  - PEC 43/2015 – ***Senado*** – senadores Romero Jucá (PMDB/RR), José Serra (PMDB/SP), Aloysio Nunes Ferreira (PSDB/SP) e outros - Estabelecimento de independência do Banco Central
  - PLS 513/2011 – ***Senado*** – Senador Vicentinho Alves (PR/TO) - Estabelecimento de normas gerais para a contratação de parceria público-privada para a construção e administração de estabelecimentos penais

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Privatização (final)**
  - PL 4918/2016 – Câmara – Senado Federal - Comissão - ATN nº 3, de 2015 - Responsabilidade das Estatais (antigo PLS 555/2015 no Senado) - Dispõe sobre o estatuto jurídico da empresa pública, da sociedade de economia mista e de suas subsidiárias, no âmbito da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios (Privatização de todas as empresas públicas).

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Desmonte da participação social**
  - PDS 147/2014 – ***Senado*** – deputado Mendonça Filho (DEM-PE), senador Ronaldo Caiado (DEM-GO) - Cancelamento da política de Participação Social
  - PEC 99/2011 – ***Câmara*** – deputado João Campos (PSDB-GO) - dispõe sobre a capacidade postulatória das Associações Religiosas para propor ação de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade de leis ou atos normativos, perante a Constituição Federal.

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Escravidão**
  - PL 5016/2005 – ***Câmara*** – senador *Tasso Jereissati* (PSDB/CE) - Estabelece penalidades para o trabalho escravo, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 2.848/1940 (Código Penal), e da Lei nº 5.889/1973, que regula o trabalho rural (No Senado, PLS 208/2003)
  - PL 3842/2012 – ***Câmara*** – deputado *Moreira Mendes* (PSD/RO) – Conceito de trabalho análogo ao de escravo
  - PLS 432/2013 – ***Senado*** – senador *Romero Juca* (PMDB/RR) - Expropriação das propriedades onde se localizem a exploração de trabalho escravo (Conceito de trabalho escravo)

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Reforma agrária**
  - PLS 107/2011 – ***Senado*** – senadora Katia Abreu (DEM-TO) - dispor sobre a fixação e o ajuste dos parâmetros, índices e indicadores de produtividade.

- **Terras**
  - PL 4059/2012 – ***Câmara*** – Agricultura, Pecuária, Abastecimento Desenvolvimento Rural - Critérios de aquisição de áreas rurais e suas utilizações, por pessoas físicas e jurídicas estrangeiras.
  - PL 5288/2009 – ***Câmara*** – deputado Carlos Bezerra (PMDB/MT) - estabelece a inexigibilidade do cumprimento simultâneo dos requisitos de "utilização da terra" e de "eficiência na exploração" para comprovação da produtividade da propriedade rural

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Trabalhador(a) rural**
  - PLS 208/2012 – ***Senado*** – senador Blairo Maggi (PR/MT) - Estatui normas reguladoras do trabalho rural, e a Lei 10.101/2000, que dispõe sobre a participação dos trabalhadores no lucro ou resultados da empresa.
  - PLS 251/2010 – ***Senado*** – senadora Kátia Abreu (PMDB/TO) - Define como crime de responsabilidade de governador de Estado a recusa ao cumprimento de decisão judicial de reintegração de posse.
  - PL 5444/2005 – ***Câmara*** – deputado Moacir Micheletto (PMDB/RR) - dispõe sobre hora "in itinere" do trabalhador rural

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Juventude**
  - PEC 18/2011 – ***Câmara*** – deputado Dilceu Sperafico (PP/PR) - Autoriza o trabalho sob o regime de tempo parcial a partir dos quatorze anos de idade.
  - PEC 115/2015 – ***Senado*** – deputado Benedito Domingos (PP/MG) – Redução da maioridade penal
  - PL 2517/2015 – ***Câmara*** – senador José Serra (PSDB/SP) - Aumenta o tempo de internação de adolescentes no sistema socioeducativo

- **Indígenas**
  - PEC 215/2000 – ***Câmara*** – deputado Almir Sá (PPB/RR) - Demarcação de terras indígenas

DIEESE

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Mulheres e LGBTs**
  - PL 07/2016 – ***Câmara*** – deputado Sergio Vidigal (PDT/ES) – Altera a Lei Maria da Penha para dispor sobre o direito da vítima de violência doméstica de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino, e dá outras providências. (Pode dificultar o atendimento devido a falta de estrutura da polícia. Retira do juiz o papel de decisão sobre a medida protetiva da mulher em risco passando ao delegado(a)).
  - PL 36/2015 – Senado – deputado Sergio Vidigal (PDT/ES) – Altera a Lei Maria da Penha para definir normas gerais para a composição das equipes policiais de atenção à mulher vítima de violência doméstica ou familiar. (Pode dificultar o atendimento devido a falta de estrutura da polícia. Retira do juiz o papel de decisão sobre a medida protetiva da mulher em risco passando ao delegado(a)).

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Mulheres e LGBTs (final)**
  - PL 5069/2013 – ***Câmara*** – deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ), deputado Isais Silvestre (PSB/MG) e deputado João Dado (PDT/SP) e outros - Tipifica como crime contra a vida o anúncio de meio abortivo e prevê penas específicas para quem induz a gestante à prática de aborto.
  - PL 478/2007 – ***Câmara*** – deputado Luiz Bassuma (PT/BA) e deputado Miguel Martini (PHS/MG) - Estatuto do Nascituro .
  - PL 6583/2013 – ***Câmara*** – deputado Anderson Ferreira (PR/PE) – Estatuto da família.

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Meio ambiente**
  - PL 37/2011 – ***Câmara*** – deputado Welinton Prado (PT-MG) - Estabelecimento do Código de Mineração

- **Consumidor**
  - PLC 34/2015 - ***Senado*** – deputado Luis Carlos Heinze (PP/RS) - Alteração da Lei de Biossegurança para liberar os produtores de alimentos de informar ao consumidor sobre a presença de componentes transgênicos quando esta se der em porcentagem inferior a 1% da composição total do produto alimentício

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Saúde e Segurança (no trabalho e fora dele)**
  - PL 3722/2012 – ***Câmara*** – Deputado Rogério Peninha Mendonça (PMDB/SC) - Estatuto do desarmamento
  - PDC 1408/2013 – ***Câmara*** – deputado Silvio Costa (PSC/PE) - Susta a Norma Regulamenta (NR) 12 sobre Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos
  - PDS 43/2015 – ***Senado*** – senador Cássio Cunha Lima (PSDB/PB) - Susta a Norma Regulamenta (NR) 12 sobre Segurança no Trabalho em Máquinas e Equipamentos
  - PDC 1358/2013 – ***Câmara*** – deputado Domingos Sávio (PSDB/MG) - Susta Norma Regulamentadora 15, do Ministério do Trabalho Emprego, que regula as atividades de trabalhadores sob céu aberto
  - PEC 127/2015 – ***Senado*** - Senador José Pimentel (PT/CE) - Transferência da competência para julgar acidente de trabalho nas autarquias e empresas públicas para a Justiça Federal

DIEESE

AMEAÇAS À CLASSE TRABALHADORA NO CONGRESSO NACIONAL

- **Processo Legislativo**
  - PRC 191/2009 – ***Câmara*** – deputado Eduardo Cunha (PMDB/RJ) - Atribuição à Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania do exame do mérito das Propostas de Emenda à Constituição (PEC), acabando com as comissões especiais

- **Educação**
  - PL 867/2015 – ***Câmara*** – deputado Izalci (PSDB / DF) – "Escola sem partido".

Decisões recentes no STF contra os trabalhadores

- 12/11/2014 – Prazo prescricional do FGTS reduzido de 30 para 5 anos;
- 13/09/2016 – Prevalência do negociado sobre o legislado, mesmo com redução de direitos;
- 14/10/2016 – Suspensão Súmula 277 TST – ultratividade das normas coletivas;
- 26/10/2016 – Desconto dos dias parados nas greves dos servidores públicos;
- 09/11/2016 – Julgamento sobre terceirização;

QUESTÕES PARA REFLEXÃO

- É possível negociar alternativas aos projetos nesse clima politico? Algumas questões podem ser negociadas com algumas modificações e contrapartidas?
- Como aproveitar esse debate para ganhar espaço e defender agenda das trabalhadoras e dos trabalhadores?
- Como se comunicar, explicar as questões que estão em jogo?
- Como neutralizar essa situação negativa?
- **COMO ATUAR NAS PRÓXIMAS ELEIÇÕES PARA MUDAR O PERFIL DO CONGRESSO A FAVOR DOS TRABALHADORES?**

Referências

- DIAP. Agenda Legislativa dos Trabalhadores. 2015.
- CUT Brasília. O maior roubo de direitos dos trabalhadores. Cartilha disponível em http://www.cutbrasilia.org.br/site/wp-content/uploads/2016/07/cartilhacutbrasilia.pdf